



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Av. Pres. Dutra, nº 2203 - Centro Porto Velho/RO - CEP. 78916-100 TELEFONE:(069)3211-2400

Processo Administrativo n. 185/2013 – JFRO.

Contrato n. 02/2014, de fornecimento de combustível, celebrado entre a União, através da Justiça Federal – Seção Judiciária de Rondônia e a empresa **Auto Posto Amazonas Ltda. – EPP**.

CONTRATANTE: União, por intermédio da Justiça Federal de Primeira Instância – Seção Judiciária de Rondônia, registrada no CNPJ/MF n. 05.429.264/0001-89, localizada na Av. Presidente Dutra, 2203, Baixa União, Porto Velho/RO, neste ato, representada pelo Diretor da Secretaria Administrativa, Waldirney Guimarães de Rezende, conforme Portaria de Delegação n. 132/2013.

CONTRATADA: Empresa Auto Posto Amazonas, CNPJ/MF n. 09.300.057/0002-61, estabelecida na Av. Amazonas, n. 1518, Bairro Nossa Senhora das Graças – CEP: 76804-160, neste ato representada pelo (a) Senhor (a) Jaison Volpato, Procurador, Cédula de Identidade n. 2908648/SSP/SC, CPF/MF n. 020.978.219-60.

Nesta data, as partes, acima qualificadas, celebram o presente contrato, decorrente do Processo Administrativo n. 185/2013, Lei n. 8.666/93, artigo 24, V, mediante as seguintes cláusulas e condições que dele fazem parte integrante:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

Fornecimento de combustíveis, (gasolina comum, óleo diesel e álcool hidratado) destinados ao abastecimento dos veículos oficiais à disposição da Seção Judiciária de Rondônia, período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA II – DA FINALIDADE

A finalidade do presente contrato consiste em abastecer os veículos da Justiça Federal – Seção Judiciária de Rondônia.

CLÁUSULA III – DA VIGÊNCIA

Este Contrato vigorará da data da assinatura a 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA IV – DO FORNECIMENTO

a) O combustível será fornecido em posto de abastecimento da contratada, localizado dentro da área urbana do município de Porto Velho/RO, através de Requisição de Combustível expedida pelo Supervisor da Seção de Segurança, Vigilância e Transportes ou seu substituto legal;

b) no ato do abastecimento, a contratante apresentará à contratada o formulário "Requisição de Combustível" expedido pelo Supervisor da Seção de Vigilância e Transporte, onde constará, necessariamente, a placa do veículo, o nome do motorista,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Av. Pres. Dutra, nº 2203 - Centro - Porto Velho/RO - CEP, 78916-100 TELEFONE:(069)3211-2400

Processo Administrativo n. 185/2013 – JFRO.

o hodômetro e o tipo de abastecimento, respeitadas as especificações e preços contidos no anexo I deste edital.

c) As Requisições de Combustível deverão ser assinadas pela contratada no ato da entrega do material, permanecendo uma via com a contratada, a título de comprovante do fornecimento.

d) O material fornecido deverá atender aos parâmetros estabelecidos pela Agência Nacional de Petróleo – ANP.

e) A quantidade de cada produto, especificada no anexo I, é estimativa, não obrigando a contratante a consumir o total ali discriminado, podendo ainda variar, dentro dos limites autorizados pelo art. 65, da Lei N. 8.666/93.

CLAUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada se obriga a:

a) cumprir fielmente as obrigações contratuais de forma que os fornecimentos sejam realizados com esmero e perfeição;

b) fornecer os produtos através de Requisição de Combustível proveniente da Seção de Segurança, Vigilância e Transportes, devidamente assinada e preenchida pelo Supervisor ou seu substituto legal;

c) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da entrega dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pela contratante;

d) dar total garantia quanto à qualidade do produto fornecido por força deste contrato, bem como efetuar a substituição imediata e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou contaminado, portanto fora das especificações e padrões de qualidade estabelecidas pela ANP;

e) responsabilizar-se pelos danos que porventura os veículos ou equipamentos venham apresentar em razão do fornecimento de combustíveis comprovadamente adulterados ou contaminados ou ainda de produtos defeituosos, vencidos, ou com especificações divergentes das solicitadas;

f) responder por quaisquer ônus, despesas, salários, tributos em geral e seguros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do objeto contratado;

g) não transferir a outrem o objeto do contrato, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência do contratante;

h) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (art. 55, XIII, LLCA).

CLAUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A contratante se obriga a:

a) acompanhar, fiscalizar e conferir o objeto contratual;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Av. Pres. Dutra, nº 2203 - Centro - Porto Velho/RO - CEP, 78916-100 TELEFONE:(069)3211-2400

Processo Administrativo n. 185/2013 – JFRO.

- b) proporcionar todas as condições necessárias para que a contratada possa efetuar a entrega dos produtos dentro das normas estabelecidas no contrato;
- c) Receber os produtos entregues pela contratada e conformidade com o objeto contratado;
- d) Notificar extrajudicialmente à contratada, quando detectadas irregularidades na entrega dos produtos;
- e) Rejeitar e devolver, com a devida justificativa, qualquer produto entregue fora dos padrões, prazos de validade e normas constantes da proposta da contratada, ou em desacordo com os padrões de qualidade determinados pela ANP;
- f) Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
- g) Efetuar o pagamento à contratada, à vista da Notas Fiscais ou faturas atestadas, acompanhadas das respectivas requisições correspondentes às quantidades efetivamente entregues;
- h) Comunicar à contratada as irregularidades observadas na execução do contrato;
- i) Expedir as requisições destinadas à entrega dos combustíveis;
- j) Designar Gestor do contrato.

CLÁUSULA VII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no Programa de Trabalho 060014, Elemento de Despesa 339030.

Parágrafo primeiro – Será emitida Nota de Empenho, visando ao atendimento de despesas oriundas da presente contratação neste exercício.

Parágrafo segundo - Para os exercícios futuros, as despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária própria, destinada a atender despesas de mesma natureza, extraindo-se o respectivo empenho.

CLÁUSULA VIII – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O presente contrato terá o valor global anual estimado em **R\$ 32.725,00 (trinta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais)**.

Parágrafo primeiro – Pelo fornecimento dos produtos, objeto desta contratação, a contratante pagará à contratada os valores discriminados no Anexo I, comprovadamente fornecidos.

Parágrafo segundo – Nos preços constantes do quadro do Anexo I estão incluídas todas e quaisquer despesas, tais como fretes, seguros, tributos, encargos sociais e trabalhistas, dentre outros, e deduzidos os abatimentos concedidos;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Av. Pres. Dutra, nº 2203 - Centro Porto Velho/RO - CEP. 78916-100 TELEFONE:(069)3211-2400

Processo Administrativo n. 185/2013 – JFRO.

Parágrafo terceiro – A contratada apresentará Nota Fiscal ou Fatura, contendo dados bancários, em duas vias, nos dias 10, 20 e 30 de cada mês, acompanhada das respectivas requisições.

Parágrafo quarto – O pagamento será efetuado por meio de depósito em conta-corrente da contratada em até dez dias úteis após o atesto da Nota Fiscal ou fatura pelo gestor do contrato, sendo exigida situação regular no SICAF ou apresentação de Regularidade Fiscal com a Fazenda Nacional, Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débito do INSS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Parágrafo quinto – Caso o pagamento não seja efetuado neste prazo, salvo motivo justificado, incidirão sobre o valor devido juros de mora de 0,03% (três centésimo por cento) ao dia sobre o valor da Fatura, relativo ao período compreendido entre a data do vencimento do prazo para pagamento até a data de sua efetivação.

Parágrafo sexto - No texto da nota fiscal/fatura, deverão constar, obrigatoriamente as seguintes referências:

- discriminação dos produtos fornecidos no mês, da quantidade, do preço unitário e do preço total;
- o período a que se refere e o número do contrato;
- o nome do banco, da agência e número da conta corrente.

Parágrafo sétimo – Havendo erro na nota fiscal/fatura, rejeição do produto ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susgado até que a contratada tome as medidas saneadoras necessárias, não caracterizando atraso no pagamento da fatura contratada, não resultando em contagem para fins de pagamento de juros de mora à contratada.

Parágrafo oitavo - A contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas e indenizações devidas pela contratada, oriundas desta contratação.

Parágrafo nono – A contratante se reserva o direito de não efetivar o pagamento correspondente aos produtos pendentes de troca ou de entrega, ou se não estiverem de acordo com a s especificações.

Parágrafo décimo – De acordo com a Lei Federal N. 9.430 de 27/12/1996 e IN SRF/STN/SFC N. 480, de 15/02/2004, alterada pela IN N. 539, de 25/04/2005, serão retidos, no ato do pagamento, os valores relativos aos tributos federais, salvo se a empresa contratada apresentar prova de opção pelo modelo simplificado de tributação (SIMPLES).

CLÁUSULA IX – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

Será garantida a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato para os combustíveis objeto do presente contrato, se alteradas as condições de mercado, de forma a manter a margem de revenda apresentada na proposta.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Av. Pres. Dutra, nº 2203 - Centro Porto Velho/RO - CEP. 78916-100 TELEFONE:(069)3211-2400

Processo Administrativo n. 185/2013 – JFRO.

Parágrafo primeiro – A recomposição de preços poderá ocorrer para mais ou para menos, em decorrência de eventual elevação ou redução dos preços praticados no mercado, a partir da data em que efetivamente for comprovada a modificação.

Parágrafo segundo – A solicitação da contratada para recomposição dos preços deverá vir acompanhada das cópias das faturas emitidas pelo seu fornecedor, antes e após a alteração de preços, e da planilha com os novos valores.

Parágrafo terceiro – Para fins de recomposição, a contratante poderá, a qualquer momento da vigência contratual, solicitar cópias das faturas referidas no subitem anterior, as quais deverão ser fornecidas pela contratada.

CLÁUSULA X – DA APLICAÇÃO DE PENALIDADE

A contratada que não puder cumprir as condições e os prazos estipulados para a execução dos serviços, objeto deste contrato, deverá apresentar justificativa por escrito, demonstrando a ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, bem ainda de impedimento à sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

Parágrafo primeiro – Pela inexecução das condições estipuladas neste contrato, a Contratada se sujeitará às penalidades dos artigos 86 e 87, da Lei N. 8.666/93 e no art. 7º da Lei N. 10.520/2002, assegurada ampla defesa.

Parágrafo segundo – Fica fixado o percentual de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, sobre o valor do fornecimento em atraso, a título de multa moratória, a partir do dia imediato à data da requisição estipulado na Ordem de Execução dos Serviços e a data do efetivo cumprimento da obrigação, até o limite de 15 (quinze) dias.

Parágrafo terceiro – Ultrapassado o prazo acima mencionado, a Contratada ficará sujeita a multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do fornecimento em atraso.

Parágrafo quarto - A somatória das multas moratórias porventura aplicadas no decorrer do presente contrato limita-se a, no máximo, 20 % (vinte por cento) do valor total do contrato.

Parágrafo quinto – Fica fixado o percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de rescisão por culpa ou dolo da Contratada, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93.

Parágrafo sexto – As multas previstas nesta cláusula não eximem a contratada da reparação e indenização por eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Seção Judiciária de Rondônia ou a terceiros.

Parágrafo sétimo – A contratada reconhece tais multas como prontamente exigíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo oitavo – As sanções de natureza pecuniária ou as indenizações, sempre que possível, serão descontadas de créditos que eventualmente detenha a Contratada ou, se for o caso, cobradas judicialmente.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Av. Pres. Dutra, nº 2203 - Centro - Porto Velho/RO - CEP. 78916-100 TELEFONE:(069)3211-2400

Processo Administrativo n. 185/2013 – JFRO.

CLÁUSULA XI – DA RESCISÃO

A Contratante reserva-se no direito de rescindir unilateralmente o presente contrato, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer situação prevista neste objeto contratual, bem como pelos motivos relacionados no art. 78, incisos I a XII, do art. 79, incisos I e art. 80 e seus respectivos incisos e parágrafos, todos da Lei 8.666/93.

Parágrafo primeiro – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo segundo – A rescisão contratual poderá se efetivar, ainda, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Contratada.

CLÁUSULA XII – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES

Integram este Contrato, dele fazendo parte permanente, independente de transcrição, o Edital e seus anexos e a Proposta apresentada pela Contratada, com as alterações decorrentes da oferta de lances em licitação, naquilo em que não colidir com os termos deste Contrato.

CLÁUSULA XIII – DA PUBLICAÇÃO

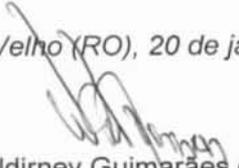
Conforme com o disposto na Lei N. 8.666/93, o presente Instrumento será publicado no D.O.U., em forma de extrato.

CLÁUSULA XIV – DO FORO

Fica eleito entre as partes o Foro da Justiça Federal de Primeira Instância -Seção Judiciária no Estado de Rondônia, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Instrumento.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, assinam o presente em uma (01) via, de onde se extrairá cópias, para que produzam os seus legais e jurídicos efeitos.

Porto Velho (RO), 20 de janeiro de 2014.


Waldirney Guimarães de Rezende
Diretor da Secretaria Administrativa
Pela Contratante


Jaison Volpato
Procurador
Pela Contratada



Processo N. 185/2013

F.:

Rubrica: _____

**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Av. Pres. Dutra, nº 2203 - Centro Porto Velho/RO - CEP. 78916-100 TELEFONE:(069)3211-2400
Processo Administrativo n. 185/2013 – JFRO.

**TERMO DE REFERÊNCIA
(Fornecimento de Combustíveis À SJRO)**

1. OBJETO:

O presente Projeto Básico tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de combustíveis (gasolina, Álcool e óleo diesel), destinado ao abastecimento dos veículos oficiais à disposição desta Seccional pelo período de 12 (doze meses), conforme quantidade estimada, especificações e condições abaixo:

2. DA JUSTIFICATIVA:

A presente contratação justifica-se pela necessidade de abastecer os veículos oficiais à disposição desta Seccional, a fim de atender aos serviços de entrega de documentos, conduções de magistrados e servidores, visando à boa prestação jurisdicional.

3. DA AQUISIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO

Garantia de qualidade: os produtos devem atender aos parâmetros estabelecidos pela ANP- Agência Nacional de Petróleo.

3.1 Quantidade estimativa conforme o quadro demonstrativo abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	ESTIMATIVA ANUAL	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01	Gasolina comum	5.000 litros	3,09	15.450,00
02	Óleo diesel	5.000 litros	2,69	13.450,00
03	Álcool Hidratado para uso automotivo	1.500 litros	2,55	3.825,00
TOTAL				32.725,00

4. DA ENTREGA DO MATERIAL:

O combustível será fornecido em posto de abastecimento da contratada através de Requisição de Combustível expedida pelo Supervisor da Seção de Segurança, Vigilância e Transportes;



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Av. Pres. Dutra, nº 2203 - Centro Porto Velho/RO - CEP. 78916-100 TELEFONE:(069)3211-2400

Processo Administrativo n. 185/2013 – JFRO.

5. DAS PROPOSTAS

A proposta deverá conter o valor unitário de cada item, contendo validade, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

6. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Serão julgadas as propostas que atenderem as especificações do Edital e classificadas as propostas de menor preço para valor global.

Considerar-se-á vencedora do certame licitatório a empresa que estiver dentro da distância máxima de 4 (quatro) quilômetros, entre a sede da Justiça Federal e o posto da contratada.

Sugerimos a modalidade Pregão na forma presencial, considerando as experiências de outros editais, que deram "desertos", bem como a realidade local, onde as empresas participantes não estavam dentro da distância máxima aceitável.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A empresa vencedora deverá atender através de Requisição de Combustível proveniente da Seção de Segurança, Vigilância e Transportes, devidamente assinada e preenchida pelo Supervisor ou seu substituto legal.

Jaime de Oliveira Alencar
Supervisor da SEVIT